

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.524 - AM (2019/0303482-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **PLANETA DAS FANTASIAS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **KARLA FREIXO BRAGA - AM003775**  
: **JULIA GABRIELA TRINDADE DE MELO - AM008074**  
**RECORRIDO** : **D'ANGERES JORGE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
**ADVOGADO** : **DAVID D'ANGERES JORGE - AM003718**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 421 E 840 DO CÓDIGO CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM FUNDADA NA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E NAS PROVAS DOS AUTOS. REFORMA INCOMPATÍVEL COM ESTA INSTÂNCIA ESPECIAL. SÚMULAS 5 E 7/ STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por Planeta das Fantasia Ltda. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas, cuja ementa é a seguir reproduzida (e-STJ, fls. 132-133):

APELAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. INSURGÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINARES REJEITADAS. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DESTITUIÇÃO DE PODERES SEM MOTIVO JUSTO. SUPERVENIÊNCIA DE ACORDO A REVELIA DOS PATRONOS DESTITUÍDOS. INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL SOBRE O VALOR ORIGINALMENTE PACTUADO. ARTIGO 112 DO CCB. REAL INTENÇÃO DAS PARTES. NÃO INCIDÊNCIA DO ARTIGO 940 DO CCB. LEVANTAMENTO DO ALVARÁ POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Compulsando os autos, verifico que a parte autora, ora recorrida, comprovou o recolhimento integral das custas processuais, conforme documento juntado às fls. 121/124, portanto, considero prejudicada a preliminar.

2. Igualmente não prospera a alegação ausência de fundamentação jurídica porque o magistrado de piso expôs de forma clara e precisa as razões do seu convencimento, atendendo ao disposto no artigo 93, inciso IX da CF/88 e no artigo 489 do CPC, possibilitando, inclusive, a

perfeita compreensão pela requerida, uma vez que interpôs recurso de apelação sem ao menos manejar embargos de declaração.

3. O Código Civil Brasileiro, ao tratar das disposições gerais dos negócios jurídicos, estabelece em seu artigo 112 que nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nela consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

4. Como as partes entabularam contrato de honorários para propositura de ação securitária para recebimento dos valores somente ao final da demanda, resta evidenciado que os valores ajustados referiam-se ao valor da apólice do contrato de seguros, ou em outro valor determinado pelo Poder Judiciário - terceiro imparcial - e não sobre o montante convencionado entre seguradora e segurado sem a anuência dos advogados inicialmente contratados.

5. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração opostos pela recorrente foram rejeitados pela Corte amazonense (e-STJ, fl. 201):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. DESNECESSIDADE DO JULGADOR RESPONDER TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELA PARTE QUANDO ENCONTRADO RAZÕES SUFICIENTES PARA DECIDIR. JURISPRUDÊNCIA STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios o recurso há de ser rejeitado.

2. O acórdão vergastado enfrentou suficientemente a matéria decidindo-a com fundamento no conjunto probatório e na legislação de regência apresentando o recurso nítida intensão de rediscussão da matéria, hipótese não admitida na via eleita.

3. Embargos declaratórios rejeitados.

Nas razões recursais, sustenta que o acórdão recorrido violou os arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, pois rejeitou os embargos de declaração que apontavam omissões relevantes no acórdão. Argumenta que, ao aplicar o art. 112 do Código Civil, o Tribunal estadual acabou por negar vigência ao art. 421 do mesmo diploma legal. Alega que a transação judicial afasta a sucumbência, e, portanto, as partes não eram obrigadas a prever honorários sucumbenciais no acordo que encerrou a demanda, com amparo no art. 840 do Código Civil. Acrescenta, ainda, que a interpretação da Corte estadual aos arts. 112, 421 e 840 do Código Civil diverge de precedentes de outros tribunais estaduais e do STJ. Por fim,

# *Superior Tribunal de Justiça*

requer o conhecimento e provimento do recurso especial.

Contrarrazões às fls. 341-355 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 356-358), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

O recurso tem origem em demanda que discute sobre qual o montante devem incidir os honorários contratuais devidos pela recorrente ao recorrido. Para a primeira, os honorários devem incidir sobre o montante ajustado no acordo entre ela e a seguradora, ao passo que o segundo defendeu a tese de incidência sobre o valor da causa, pois foi destituído antes do encerramento da demanda.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento monocrático, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do novo CPC.

O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorre nos autos.

A recorrente argumentou que o acórdão recorrido viola os limites da função social do contrato, que não estava obrigada a estabelecer honorários advocatícios no acordo extrajudicial e, ainda, que a decisão diverge de precedentes desta Corte.

Compulsando os autos, verifica-se que a fundamentação do acórdão está embasada na cláusula contratual e na ausência de provas de justo motivo para dispensa dos causídicos por parte da ora recorrente.

Veja-se (e-STJ, fls. 139-143 - sem grifos no original):

A controvérsia cinge-se ao valor sobre o qual deve incidir o percentual dos honorários contratuais.

O contrato ora discutido encontra-se encartado às fls. 13/16 e o item 1 foi redigido nos seguintes termos:

# *Superior Tribunal de Justiça*

"1. Trata-se o objeto deste instrumento a prestação de serviços profissionais de advocacia que consiste em ingressar com a AÇÃO de COBRANÇA de SEGURO contra a TOKIO MARINE SEGURADORA S/A.

O valor dos serviços será de 10% (dez por cento) do valor da condenação, independentemente de sucumbência, Esclarecimentos necessários: Ocorrendo troca de patronos sem que haja motivo justo, os CONTRATANTES se resguardam o direito de receber o valor já mencionado." Destaques no original

(...)

Da análise dos fatos e provas carreados aos autos, verifico ter razão o autor/recorrido, na medida em que a apelante não fez prova do motivo justo para a revogação dos poderes conferidos aos recorrentes, assim como entabulou acordo com a seguradora sem resguardar os honorários anteriormente contratado.

Outrossim, a alegação de que o percentual dos honorários foram contratados com base no valor da apólice é verossímil e robusta, na medida em que a recorrente não se insurge sobre tal argumento, limitando-se a defender que o valor da condenação deve ser entendido como o valor do acordo homologado, bem como a jurisprudência pátria caminha no sentido de que em caso de incêndio a indenização deve ser paga no valor integral da apólice, vejamos:

(...)

**De par com isso, o próprio contrato de honorários previu expressamente o pagamento dos honorários convencionados em caso de troca de patronos sem motivo justo, portanto, ao tempo da contratação a apelante tinha plena ciência sobre qual valor o percentual deveria incidir, isto é, o da apólice do seguro, pois tal montante era de seu pleno conhecimento, pois quem contrata seguro para o imóvel sempre o faz na expectativa de receber o valor da apólice, notadamente porque o valor do prêmio pago é calculado proporcionalmente ao montante da indenização fixada na apólice.**

**Assim, como a apelante revogou os poderes dos apelados sem motivo justo antes do provimento jurisdicional, bem como entabulou acordo em valor bem inferior ao estabelecido na apólice de seguro, sem resguardar o valor previsto no contrato de honorários, por força do artigo 129 do Código Civil Brasileiro reputa-se verificada a condição, decorrendo-se todos os efeitos jurídicos, principalmente o de pagar o percentual sobre o valor originalmente contratado.**

Com efeito, percebe-se que a conclusão do Tribunal de origem está embasada na interpretação da cláusula contratual e na ausência de provas sobre um ponto específico, qual seja, a justa causa da recorrente ao destituir o recorrido. Desse modo, modificar o referido acórdão implica rever suas conclusões sobre a cláusula contratual e as

# Superior Tribunal de Justiça

provas produzidas nos autos, o que não é possível nesta instância especial em razão dos enunciados das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA E EXCLUSÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. ESTATUTO SOCIAL. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CARACTERIZAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DOS DESISTENTES. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. CLÁUSULA PENAL. SÚMULA Nº 5/STJ. PERÍCIA COMPLEMENTAR. SUFICIÊNCIA DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO. SÚMULA Nº 7/STJ. PEDIDO. RESTITUIÇÃO INTEGRAL. REDUTORES. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. VALORES. DEVOLUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA Nº 35/STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INADMISSIBILIDADE. DIVULGAÇÃO. REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. PÁGINAS OFICIAIS E DO FORNECEDOR. SUFICIÊNCIA. HONORÁRIOS. ART. 18 DA LEI Nº 7.347/1985. AFASTAMENTO. SIMETRIA. EFEITOS *ERGA OMNES*. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. ÓRGÃO JUDICANTE. CONCLUSÃO DO RE Nº 1.101. 937/SP. OBSERVÂNCIA.

[...]

10. Inviável em recurso especial, modificar o acórdão recorrido que entendeu pela legalidade da cláusula penal, tendo em vista que a análise do tema demandaria o reexame do conjunto fático-probatório e a interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos vedados, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

11. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento, sendo inviável rever as provas dos autos (Súmula nº 7/STJ).

[...]

20. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte, parcialmente provido.

(REsp 1304939/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 06/03/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 389 DO CC/2002. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM CALCADA NAS PROVAS CARREADAS E NO NAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5

# *Superior Tribunal de Justiça*

E 7/STJ. ÓBICE QUE PREJUDICA O EXAME DA INSURGÊNCIA PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

1. A Corte de origem, calcado nos elementos probatórios e Nas cláusulas contratuais, concluiu que a parte demandada não se obrigou pelo pagamento de quota-parte de honorários advocatícios pelos serviços prestados ao grupo empresarial, de sorte que a revisão do julgado esbarra nos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. A matéria referente ao art. 389 do Código Civil de 2002 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido e a agravante, nos embargos de declaração opostos, não levantou essa questão a fim de suprir eventual omissão. Portanto, não se configura o prequestionamento, o que impossibilita a apreciação na via especial (Súmulas 282 e 356/STF).

3. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 809.444/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 12/05/2016)

Registre-se, ainda, que tais súmulas obstam o conhecimento do recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Atento aos §§ 2º e 11 do art. 85 do CPC/2015, deixo de arbitrar honorários recursais, uma vez que já foi alcançado o patamar máximo.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator